

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO - SST
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA – CEAS/SC

RELATÓRIO



VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANTA CATARINA

OUTUBRO/2009

RELATÓRIO
VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA

1. DADOS GERAIS:

- a) Relatório: Conferência Estadual de SANTA CATARINA.
- b) Data de realização: 8, 9 e 10 de outubro de 2009
- c) Local de realização: Hotel Sibara – Balneário Camboriú – SC
- d) Número de municípios presentes: **158 municípios** (**114** de Pequeno Porte I, **19** de Pequeno Porte II, **15** de Médio Porte e **10** de Grande Porte).
- e) Número Total de participantes: **624**

DELEGADOS		
USUÁRIOS	ENTIDADES	REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
	Dirigentes e Trabalhadores da Área	Gestores e Trabalhadores da Área
123	137	200
TOTAL: 460		

OUTROS		
OBSERVADORES	AUTORIDADES	COMISSÃO ORGANIZADORA
137	08	19
TOTAL: 164		

2. PROGRAMAÇÃO:

08/10 – QUINTA-FEIRA

9h – Credenciamento.

14h – Solenidade de Abertura.

15h – Conferência Magna: “PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUAS”

Palestrante: **Márcia Maria Biondi Pinheiro - CNAS.**

Coordenação de Mesa: **Helena Edília Lima Pires - CEAS/ Selma Terezinha Adão - SST.**

16h – Coffee Break.

16h30m - Apresentação da síntese do processo de mobilização realizado pelos municípios catarinenses.

Apresentação: **Janice Merigo - CEAS/ Ana Marila Bonassa - SST.**

17h30m - Leitura e aprovação do Regimento Interno.

Coordenação de mesa: **Kátia Ribeiro Freitas /CEAS, Fabiana Vieira – SST, Luiz Carlos Barcellos - CEAS.**

21h – Jantar de confraternização

09/10 – SEXTA-FEIRA

8h - Palestras de preparação para os trabalhos de grupo:

Coordenação de Mesa: **Marliange da Silva** CEAS, **Selma Terezinha Adão**/ SST.

»*Palestra 1: Processo Histórico da Participação Popular no País, Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS.*

Profa. Carla Rosane Bressan – UFSC .

»*Palestra 2: Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários.*

Dr. Hélio Abreu Filho SMAS - Florianópolis.

»*Palestra 3: Democratização da Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS.*

Profa. Clara Karolina de Sá -MDS

»*Palestra 4: Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social*

Charles Roberto Pranke – RS

11h20m - Debate.

12h – Almoço.

14h – Apresentação e Distribuição da 1ª Edição da Cartilha “ORIENTAÇÕES PARA CONSELHOS DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”. TCU (Tribunal de Contas da União).

Sr. Dr. João Manoel da Silva Dionísio - Secretário - TCU-SC

14h30m –PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ASPECTO DO CONTROLE SOCIAL. SENARC (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania).

Sr. Antonio Carlos Rosa de Oliveira Júnior- MDS

15h - Encaminhamentos para os trabalhos de grupo.

GRUPOS DE TRABALHO	FACILITADORES	APOIADORES
Grupo 1: (Subtema 1): <i>Processo Histórico da Participação Popular no País.</i>	Norma S.S. Carvalho CMAS Fpolis	Marliange da Silva CEAS/SC
Grupo 2: (Subtema 2): <i>Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social.</i>	Charles Roberto Pranke CNAS	Camila Woerner Biribio CEAS/SC
Grupo 3: (Subtema 3): <i>Protagonismo dos Usuários e seu Lugar Político no SUAS.</i>	Elizabeth Bahia Ferrer CMAS Fpolis	Adriana Márcia de Souza - CEAS/SC
Grupo 4: (Subtema 4): <i>Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS.</i>	Neuza Terezinha Bottega (AMFRI) e Daiane Carvalho (AMESC)	Kátia Ribeiro Freitas CEAS/SC
Grupo 5: (Subtema 5): <i>Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social</i>	Kathia Terezinha Muller - CMAS Fpolis	Vânia de Fátima Guareski - CEAS/SC
Grupo 6: (Subtema 6): <i>Democratização da Gestão do SUAS.</i>	Rita de Cássia Gonçalves CEI-SC	Maria C.A.Godsfriedt* CEAS/SC
Grupo 7: (Subtema 7): <i>Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS.</i>	Luiz Carlos Barcelos Filho CEAS/SC	Fabian Granetto CEAS/SC
Grupo 8: (Subtema 8): <i>O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários.</i>	Janice Merigo e Cristine Claudino CEAS/SC	Deolinda P. Pereira – CEAS/SC

16h – Coffee Break.
16h30m - Trabalhos de grupo.
20h30m – Jantar.

10/10 - SÁBADO

8h – Plenária: apresentação das avaliações e deliberações dos grupos.
 Coordenação de Mesa: **Luiz Carlos Barcellos CEAS, Flávia Helena Lima/SST.**
12h – Almoço.
14h – Plenária para escolha de delegados à VII Conferência Nacional de Assistência Social.
 Coordenação de Mesa: **Luiz Carlos Barcellos CEAS, Flávia Helena Lima/SST.**
14h30m – Encaminhamentos para a escolha de delegados.
15h – Processo de escolha de delegados nos grupos de representação: governamental, entidades de assistência social, trabalhadores da área e usuários/organização de usuários.
16h30m – Homologação dos delegados estaduais.
17h – Encerramento – Coffee Break.

3. AVALIAÇÃO DA DINÂMICA DOS TRABALHOS (efetuada pelos participantes do evento):

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
- Os participantes tiveram um bom suporte para os trabalhos de grupo, com as palestras do evento e a síntese dos relatórios dos municípios – subsídio relativo aos 08 (oito) subtemas.	- Abertura da Conferência Estadual com atraso excessivo e com discursos muito extensos.
- Os materiais de apoio distribuídos aos participantes, concedidos pelo MDS e pelo TCU.	- Ausência da presença do usuário na mesa de abertura.
- A equilibrada presença quantitativa dos delegados dos segmentos de representação nesta Conferência.	- A interrupção da Conferência Magna, em virtude da chegada e fala do Governador.
- Participação significativa dos usuários.	- Vocabulário utilizado por autoridades da mesa (algumas) e palestrantes (alguns), inacessível para o entendimento de participantes.
- A participação significativa dos usuários na Conferência.	- Desrespeito de alguns delegados com o horário para o início dos trabalhos em cada período, e com a realização de conversas paralelas na plenária.
- Equipe de recepção preparada e simpática.	- Metodologia de apresentação das palestras não apropriada aos usuários.
- A infra-estrutura da Conferência, com destaque para o evento de confraternização e alimentação.	- Falta de cuidado com a acessibilidade e mobilidade de usuários com deficiência.
- A qualidade do material impresso disponibilizado.	- O descumprimento do horário, principalmente no início da Conferência.
- O empenho do CEAS/SC e dos técnicos da SST na realização da Conferência.	- Material distribuído deveria ter sido enviado com antecedência aos participantes (compilação dos relatórios municipais).
- Presença do CNAS no evento.	- Microfones da plenária com falhas.
- Palestrantes qualificados.	- Filas grandes nas assinaturas de presença.

-Trabalho em grupo (oficina) participativo e produtivo.	- A falta de clareza da metodologia a ser aplicada nos trabalhos de grupo por alguns facilitadores.
- A palestra magna e as palestras de preparação para os trabalhos em grupo.	- Ausência de equipamentos audiovisuais (data show) nos grupos de trabalho.
- Local adequado e garantia de alimentação a todos os delegados.	- Falta de alimentação específica para pessoas com intolerâncias alimentares (celíacos, diabéticos)
- Assinatura pelo Governador do Estado do Decreto que permitirá o repasse fundo-a-fundo do co-financiamento estadual de serviços de proteção social de ação continuada.	- Falta de material de apoio elaborado para pessoas com deficiência.
- O momento de confraternização, no jantar festivo no Cristo Luz.	- Falta de logística adequada para o desenvolvimento dos trabalhos em grupo (equipamento multimídia, instrumentais impressos)
	- Não disponibilização do Regimento Interno aprovado para a Plenária.
	- A falta de pontualidade prejudicando o andamento da Programação.
	- A falta de comprometimento de alguns delegados em relação às atividades programadas do evento.
	- Não cumprimento da Lei de Acessibilidade.

3. SÍNTESE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO REALIZADO PELOS MUNICÍPIOS:

ESTRATÉGIAS/MODALIDADES DE MOBILIZAÇÃO	MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM A MOBILIZAÇÃO	ENTRAVES/DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS USUÁRIOS PARA PARTICIPAÇÃO	PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO DOS ENTRAVERS/DIFICULDADES
- Entrevista com usuários e aplicação de questionários. - Encontros realizados pelos CMAS, com usuários. - Discussão nos Grupos Operativos dos CRAS, constituído por usuários do SUAS. - Levantamento de dados relativos à política de assistência social nas escolas municipais. - Divulgação em rádios, entrevistas, reportagens, jornais, reuniões, igrejas, carro de som, outdoor convites, cartazes, faixas, contato direto e por telefone com OG, ONG, usuários de programas, serviços e benefícios. - Carta do CMAS aos usuários, cujo modelo foi baseado na carta do	- Abdon Batista - Abelardo Luz - Agrolândia - Agronômica - Água Doce - Águas Frias - Águas Mornas - Alto Bela Vista - Anchieta - Anita Garibaldi - Araranguá - Arroio Trinta - Arvoredo - Ascurra - Atalanta - Aurora - Balneário Barra do Sul - Balneário Piçarras - Bandeirante - Barra Bonita - Belmonte - Blumenau - Bombinhas - Bom Jesus - Bom Jesus do Oeste - Bom Retiro	- Desconhecimento sobre o funcionamento dos CMAS's e representação municipal, no que se refere a suas atribuições e dinâmica das reuniões. - Desconhecimento e a não compreensão da política pública de assistência social e a sua complexidade. - Falta de conscientização dos usuários quanto a seus direitos e importância de participação nas conferências. - Falta de divulgação e informação em meios de comunicação popular. - Dia e horário das conferências e reuniões dos conselhos dificultam a participação. - Período muito longo de conferência. - Distância e dificuldade de locomoção entre o local da conferência e comunidades. - Falta de infra-estrutura e acessibilidade nos locais onde são realizadas as conferências. - Pouca sensibilização e disponibilidade de participação, desmotivação, desinteresse e comodismo.	- Maior divulgação do controle social da política de assistência social. - Maior divulgação das reuniões, deliberações, eventos e conferências promovidos pelos conselhos em locais frequentados pelos usuários. - Publicização das competências e atividades desenvolvidas pela assistência social e CMAS. - Estruturar espaço adequado para funcionamento dos conselhos municipais. - Legitimar as decisões dos conselhos. - Participação efetiva dos membros dos Conselhos. - Maior divulgação das atribuições da assistência social e ações desenvolvidas (secretaria, conselho, conferências). - Realização pelo CMAS de encontros de estudos e debates com os usuários para superação da falta de compreensão da política de assistência social. - Garantia de capacitação permanente de conselheiros, entidades, gestores, usuários, lideranças comunitárias e trabalhadores da assistência social. - Que o Estado assuma seu papel em relação a capacitação dos trabalhadores da Política de Assistência Social. - Continuidade de eventos preparatórios/pré-conferências. - Retorno e efetividade das propostas à população. - Garantir a realização das pré-conferências e conferência municipal nos fins de semana para facilitar a participação do usuário.

CNAS. - Encontros/reuniões com instituições, grupos e usuários de programas, serviços e benefícios. - Envolvimento de crianças, adolescentes e jovens de programas e serviços sócioeducativos na pré-conferência. - Convites aos conselhos municipais e voluntários de grupos sociais. - Reunião do Colegiado Microrregional da AMAI, com envolvimento de gestores, técnicos da política de assistência social. - Visita e reuniões nas comunidades do interior para entrega de convites e divulgação. - Apresentação lúdica, de peça teatral, palestras, oficinas, dinâmicas de grupo nos CRAS, com abordagem dos temas: SUAS e Conselho de Assistência Social. - Divulgação realizada pelas entidades com registro no conselho.	- Braço do Norte - Braço do Trombudo - Caibí - Calmon - Campos Novos - Canelinha - Capão Alto - Catanduvas - Celso Ramos - Cerro Negro - Chapecó - Chapadão do Lageado - Cocal do Sul - Concórdia - Cordilheira Alta - Correia Pinto - Descanso - Dionísio Cerqueira - Entre Rios - Erval Velho - Flor do Sertão - Florianópolis - Faxinal dos Guedes - Forquilha - Formosa do Sul - Fraiburgo - Garopaba - Garuva - Guaraciaba - Guaramirim - Guatambu - Herval D'Oeste - Ibiam - Ibicaré - Ibirama - Ilhota - Imbituba	- Os espaços de controle social (conselhos e conferências) são burocratizados e a linguagem é rebuscada e tecnicista, o que dificulta muito a inserção dos usuários nesses espaços. - Pouca participação dos conselheiros nas pré-conferências. - Pouca participação dos usuários em fóruns, audiências públicas, conferência. - Falta articulação do poder público. - Falta de estratégia de articulação do conselho com comunidade local (implantação de reuniões na unidade do CRAS, com representantes do conselho). - Lei municipal não prevê a participação de usuários no Conselho. - Falta de comprometimento dos conselheiros com a política de assistência social. - Pouca informação e conhecimento na formulação e controle das ações da política de assistência social. - Falta de articulação entre entidades, usuários e trabalhadores. - Ausência de informações aos usuários acerca de seus direitos socioassistenciais, serviços oferecidos pela rede de assistência social e o papel dos CRAS. - Entidades que representam o usuário não repassam as informações. - Expectativa baixa em relação a situação	- Realizar conferências/reuniões/ eventos em horário que os usuários possam participar. - Desburocratizar e criar elementos facilitadores à participação dos usuários, garantindo o transporte, alimentação e horário compatíveis com o trabalho do usuário. - Proporcionar aparato que motive o usuário a participar das conferências municipais (transporte, alimentação, oficinas para os filhos). Viabilizar espaço físico com profissional para atender as crianças durante a conferência. - Garantir transporte gratuito para participantes de comunidades distantes. - Maior tempo para preparo e conhecimento do material utilizado nas conferências, oferecendo assim, maior acesso à população. - Encaminhamento de documento pelo CMAS aos empregadores dos beneficiários, solicitando liberação para participação na conferência. - Revisão da lei de criação do conselho adequando ao SUAS, com inclusão de usuários em sua composição. - Garantir na lei de criação dos conselhos a representatividade dos usuários independente da representação de entidades. - Proporcionar meios legais para que os usuários tenham acesso às conferências. - Garantia de participação dos usuários nos Conselhos de Assistência Social e que a representatividade da sociedade civil, principalmente dos usuários, seja maior do que é atualmente (a atual paridade não permite a efetivação do controle social já que o governo tem 50% e não há efetividade no Conselho se o governo controla a si mesmo). - A importância da concepção que usuários, entidades, governos e sociedade civil têm da assistência social se torna preponderante para evitar que esta possa ser gestada de forma assistencialista, garantindo assim sua consolidação como política de direitos, bem como maior participação dos usuários. - Fortalecer a organização comunitária para ampliar amobiliação em nível local, aumentando o protagonismo dos usuários da assistência social.
--	--	---	---

- Mobilização através dos agentes de saúde e divulgação nos postos de saúde. - Encontros preparatórios com trabalhadores, gestores e conselheiros da política de assistência social, entidades de atendimento e de defesa de direitos. - Participação de representantes da câmara de vereadores, Secretaria Regional, colônia de pescadores, associação de moradores, postos de saúde, unidades de ensino e usuários, na divulgação e mobilização das conferências. - Pré-conferências com usuários da assistência social, nas comunidades e bairros. - Disponibilização de transporte público nas localidades rurais para traslado ao local da conferência. - Reuniões ampliadas com a rede governamental e abertas à participação	- Imbuia - Iomerê - Ipira - Iporã do Oeste - Ipuacu - Ipumirim - Iraceminha - Ita - Itaipopolis - Ituporanga - Jaguaruna - Jaraguá do Sul - Joaçaba - Joinville - Laguna - Lages - Laurentino - Lauro Muller - Leoberto Leal - Lontras - Luis Alves - Luzerna - Macieira - Major Vieira - Marema - Massaranduba - Matos Costa - Mirim Doce - Modelo - Morro da Fumaça - Nova Erechim - Orleans - Otacilio Costa - Ouro Verde - Paial - Palhoça - Palmeira - Papanduva	política do Brasil (corrupção, descaso). - Falta de capacitação de usuários e trabalhadores. - Necessidade de maior transparência nas atividades do Conselho (prestação de contas, recursos humanos). - Falta de envolvimento dos jovens. - Participação da sociedade civil insuficiente nos conselhos, nas conferências e em fóruns. - Situação climática (frio e chuva) foi um grande limitador de público. - Desenvolvimento de atividades laborativas no mesmo horário das conferências impossibilitaram a participação. - Poucas entidades e sempre as mesmas pessoas e entidades tem a representação. - Necessidade de incentivar a participação de usuários em organizações e movimentos. - Percebe-se que a concepção correta de assistência social ainda encontra-se nos profissionais que atuam na área. - Os usuários não se sentem parte da construção política e não se percebem como protagonistas do processo de construção de construção e consolidação da PNAS. - Dificuldade dos jovens entender a ligação entre conselhos, conferências, os serviços prestados a eles e à comunidade e como estes podem ser atores sociais.	- Divulgar junto aos usuários e organizações a importância do papel da sociedade civil na garantia de direitos. - Elaborar material de fácil entendimento, com adequação do vocabulário utilizado na política de assistência social e criação de canais de comunicação para o usuário. - Criar conselhos gestores locais em cada CRAS com a participação de representantes do CMAS e usuários. - Criar espaços para discussões como fóruns, audiências, ouvidorias, conferências com a participação da sociedade civil e poder público. - Criação urgente da Defensoria Pública no Estado, tendo em vista ampliar o acesso da população aos seus direitos. - Criação de Ouvidoria na Secretaria de Assistência Social. - Universalização/acessibilidade dos direitos. - Aproximação dos Conselhos nas Comunidades (Exemplo: Reuniões Descentralizadas, Fóruns, etc). - Ampliar os espaços de debate utilizando-se linguagem acessível a todos, inclusive a linguagem de sinais (libras) e braile, que possibilite melhor entendimento e compreensão sobre a política de assistência social, favorecendo a participação nos conselhos e conferências. - Promover a participação popular na formulação e controle social da política. - Campanhas informativas/educativas quanto a assuntos pertinentes a conselhos e conferências realizadas. - Criação de Conselhos Comunitários (conselhos locais) de Assistência Social, garantindo ampla participação dos usuários. - Estruturar espaço adequado para implantação e funcionamento do CRAS e CREAS.
--	--	---	---

popular. - Pré-conferências com entidades de assistência social e movimentos sociais, e com trabalhadores da política de assistência social. - Pré-conferência nos CRAS e CREAS. - Encontros com entidades governamentais e organizações não governamentais.	- Paraíso - Peritiba - Petrolândia - Pinhalzinho - Pinheiro Preto - Piratuba - Pomerode - Ponte Alta - Ponte Serrada - Pouso Redondo - Presidente Getúlio - Presidente Nereu - Princesa - Quilombo - Rancho Queimado - Rio do Oeste - Rio do Sul - Rio dos Cedros - Rio Negrinho - Rio Rufino - Riqueza - Rodeio - Romelândia - Salete - Saltinho - Salto Veloso - Santa Helena - Santa Terezinha do Progresso - Santo Amaro da Imperatriz - São Bento do Sul - São Bonifácio - São Domingos - São João Batista - São João do Itaperiú - São João do Oeste	- Desconhecimento de quem é o usuário da política de assistência social. - Programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais não localizados nos territórios. - Falta de comunicação usuários e órgão gestor da assistência social. - Falta de articulação municipal para o trabalho em rede. - Indisposição dos funcionários em dar solução aos problemas dos usuários. - Os usuários sentem que não têm voz em conferências de instância estadual e federal. - O trabalho no âmbito da assistência social não é estruturado/organizado a partir da perspectiva da participação popular e não contempla o protagonismo do usuário. - Gestão pública municipal centralizada e não participativa. - CRAS mal localizados (não estão em áreas de vulnerabilidade social) e insuficientes. - Não há uma rede socioassistencial efetivamente estruturada no município, fato que acaba por desvincular o trabalho das entidades do trabalho desenvolvido pela esfera pública, bem como por confundir o trabalho de caridade próprio de muitas entidades de assistência social com o que deveria ser política pública universal e não contributiva.	- Maior incentivo financeiro para realização de atividades nos projetos realizados pelo CRAS. - Manter um informativo nos grupos de idosos, mães e programas socioeducativos, podendo esses grupos eleger um representante para acompanhar as reuniões e fazer o repasse aos demais usuários. - Esclarecer a importância da organização das entidades e seu papel na sociedade. - Criação, no município, de secretaria executiva dos conselhos municipais. - Convocar um representante de cada conselho municipal nas conferências. - Realização de plenárias descentralizadas dos Conselhos de Políticas públicas nas comunidades. - Fortalecer os órgãos de fiscalização, conselhos tutelares e conselhos de direitos. - Implantar programa de monitoramento nos programas, projetos e serviços, visando a avaliação qualitativa das ações realizadas na assistência social. - Elaboração de Política de RH e Plano de Cargos e Salários, conforme dispõe a NOB-RH/SUAS. - Formalizar grupos socioeducativos dos usuários do Programa Bolsa Família, visando o acesso a cursos. - Ampliar o orçamento da assistência social. - Informar os usuários das datas e horários das reuniões do conselho, possibilitando e ampliando sua participação. - Promover a divulgação dos conselhos existentes no município, sua atribuição, nome e representação dos integrantes. - Conscientizar os usuários da importância da participação no controle social e avaliação das deliberações e resultados. - Minimizar as dificuldades para a participação dos usuários nos conselhos e
--	--	--	--

	- São João do Sul - São José - São José do Cerrito - São Joaquim - São Lourenço do Oeste - São Ludgero - São Miguel da Boa Vista - São Miguel do Oeste - Saudades - Schroeder - Seara - Serra Alta - Sombrio - Taió - Tangará - Tigrinhos - Timbó - Três Barras - Trombudo Central - Tunápolis - Turvo - Urubici - Urupema - Vargeão - Vidal Ramos - Xanxerê - Xaxim - Angelina - Biguaçu - Brusque - Caçador - Camboriú - Campo Erê - Caxambu do Sul - Cunha Porã	- Programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais insuficientes para atender as necessidades básicas dos usuários. - Os CRAS não fomentam um espaço político para os usuários da assistência social se organizarem. - As ações e serviços sociassistenciais desenvolvidos são fragmentados e não continuados, sem articulação com as demais políticas públicas existentes (principalmente saúde e educação). - A cultura do favor e da benemerência ainda persiste no âmbito da política de assistência social. Embora com muitos avanços na assistência social, ainda estamos atrelados a forma histórica da ação baseada em medir a condição do necessitado. A comprovação vexatória da necessidade ainda é regra no âmbito de muitos programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social, tanto os operacionalizados pelo poder público quanto pelas entidades, pois o investimento público na política de assistência social é parco e não havendo serviços/benefícios para todos, os critérios socioeconômicos constituem o principal meio de acesso ao direito socioassistencial. Falta, por parte do poder público e das entidades de assistência social, o entendimento de que os usuários são os protagonistas dessa política pública. - Trabalhadores sociais nos CRAS em número muito reduzido, conseguindo atender somente necessidades urgentes, pontuais e fragmentadas, ficando inviável o trabalho na perspectiva da coletivização das demandas e	conferências. - Oferecer aos conselhos infra-estrutura (material, humana e financeira), possibilitando condições de trabalho para que viabilizem suas ações de controle social. - Maior articulação entre os conselhos federal, estadual e municipal. - Criação de Secretaria de Assistência Social. - Ampla divulgação dos serviços ofertados pela proteção social básica e especial (CRAS e CREAS). - Esclarecer as funções e atribuições dos conselhos para melhor compreensão da sociedade, despertando interesse na participação. - Promoção na mudança de concepção/entendimento da política de assistência social como política de direito e não de favor. - Articulação com as demais políticas sociais, estabelecendo parcerias. - Realizar mais atividades/ações na área rural. - Realizar reuniões ampliadas e pré-conferências nos bairros e comunidades rurais. - Regionalização da conferência municipal por microregião de Associação dos Municípios. - Conferir resultados dos serviços prestados aos usuários (referência e contra referência). - Buscar alternativas para ampliar a comunicação entre usuários e comando único. - Maior parceria entre as secretarias municipais e regionais. - Promover a intersetorialidade entre secretarias municipais, profissionais e conselhos. - Criação de subconselhos e pré-conferências nas comunidades.
--	--	--	---

	- Gaspar - Indaial - Irani - Irineópolis - Itajaí - Itapiranga - Itapoá - Jaborá - Jacinto Machado - Lacerdópolis - Laguna - Maracajá - Mondai - Morro Grande - Nova Veneza - Painel - Palma Sola - Passos Maia - Praia Grande - Rio das Antas - Santa Rosa do Sul - São Bernardino - São Cristóvão do Sul - São Francisco do Sul - São José dos Cedros - São Martinho - São Pedro de Alcântara - Sul Brasil - Timbó Grande - Treviso - Tubarão	da mobilização popular na comunidade. - Alguns dos espaços políticos existentes servem apenas para agrupamento de pessoas com interesses politiquieiros e individuais, distanciando-se dos reais interesses e necessidades do coletivo, da comunidade. - Os espaços políticos existentes nas comunidades (como associações de moradores e conselhos comunitários) são ínfimos e na maioria dos casos não possuem sede própria nem dias/horários de reuniões previamente definidos e amplamente divulgados. - Não há uma ouvidoria própria para a política de assistência social no município, tampouco uma política que promova um monitoramento e avaliação da assistência social a partir da perspectiva dos usuários. - Crescimento do município ocasionando o surgimento de maior demanda na assistência social, bem como nos programas. - Os usuários da assistência social são muito lembrados no período eleitoral e esquecidos nos demais períodos.	- Definição de percentual de recurso no valor de 5% do orçamento das três esferas de governo. - A renda per capita relativa aos critérios para acesso dos usuários aos benefícios e serviços socioassistenciais devem ser elevados para, no mínimo, ½ salário mínimo mensal. - Ampliação das oficinas e cursos profissionalizantes existentes no CRAS. - Investimento público (recursos humanos e materiais) para que os CRAS trabalhem na direção do fortalecimento dos Centros Comunitários nos bairros e para que as pessoas comecem a se organizar e pensar no coletivo. - Descentralizar o trabalho da política de assistência social, realizando o mapeamento das entidades de assistência social e ampliando a parceria na prestação dos serviços. - Implantação de CREAS. - Fomentar a intersetorialidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais integrados às demais políticas públicas e o trabalho em rede para atendimento ao usuário. - Aproveitar a mobilização para a Conferência e criar estratégias políticas no território para os usuários participarem (Exemplo: Criação de Grupos políticos nos CRAS, como os demais grupos que já existem). - Garantia de condições materiais para as pessoas poderem participar (ampliação dos direitos sociais como, por exemplo, garantia de renda, garantia de creches e escolas, garantia de serviços de saúde com qualidade, etc). - Criação de um <i>Grupo de Trabalho de Informação</i> na comunidade (território), que envolva os CRAS, os Postos de Saúde e as Escolas para fazer as informações sobre os direitos sociais chegarem na população. - Criação de mecanismos que permitam a democratização das informações sobre os direitos sociais, o financiamento e a gestão das políticas sociais para efetivação do controle social. - Criação de Estratégias para que os Conselhos trabalhem de forma integrada.
--	---	--	--

		- Criação de Conselhos Locais de Assistência Social (como acontece na Saúde) e que estes Conselhos locais sejam espaço de Estágio para que os estudantes se aproximem da comunidade e fomentem a mobilização nos territórios. - Criação de Lei Municipal que garanta a participação dos conselheiros nas instâncias participativas, para que sejam liberados do trabalho e tenham condições de participar. - Garantia de Plano de Qualificação/Capacitação anual sobre o financiamento das políticas sociais e destinação dos recursos públicos para conselheiros, equipe técnica governamental, gestores de entidades e municípios interessados. - Fóruns de apresentação das entidades e serviços socioassistenciais aos usuários. - Manter o acesso via telefone, ao usuário da assistência social, de forma gratuita. - Adequar equipe técnica da vigilância socioassistencial para que o monitoramento e avaliação sejam cumpridos com eficácia: visitas institucionais, avaliações para cadastro e certificação, monitoramento, diagnósticos e mapeamentos atualizados sobre a rede socioassistencial (governamental e não governamental), assim como orientações e capacitações. - Convidar líderes das comunidades para as reuniões. - Necessidade de incentivar a participação de usuários em organizações e movimentos. - Criação de um sistema de marketing e informação do SUAS. - Criar uma central de intérprete de língua de sinais que possa mediar a comunicação das pessoas surdas com os profissionais. - Criar e ampliar políticas de inclusão produtiva (geração de emprego e renda). - Dar condições de locomoção para os adolescentes terem acesso ao CRAS. - Ampliar projetos sociais voltados para adolescentes e jovens, principalmente na área de lazer, esporte e profissionalização, para inserção no mercado de trabalho.
--	--	---

			- Políticas de conscientização sobre o respeito ao idoso. - Criação do Conselho Municipal do Idoso. - Criação do Conselho da Mulher. - Aumento do número de materiais de exercício (academia Popular) destinados à terceira idade, em cada bairro. - Instalação de restaurantes populares. - Mais ações de prevenção de drogas e roubo, principalmente com jovens. - Promover debates e campanhas para enfrentamento de discriminação/preconceito étnico/GLBTT e pessoas com deficiência. - Fortalecer a rede socioassistencial para o atendimento a população GLBTT e incluir nas fichas de atendimento o nome social destes usuários.
--	--	--	--

Observações:

- 1- Este levantamento inclui os municípios que enviaram preenchido, o “ Instrumental - Levantamento das Mobilizações”, no Relatório da Conferência Municipal.
- 2- Em virtude do “Instrumental - Levantamento das Mobilizações” ter solicitado o **RELATO** destas mobilizações nos municípios, a grande maioria dos municípios que o enviaram, descreveram o que foi realizado, mas não explicitaram quantitativamente o número de participantes e suas representações.
- 3- Considerando que o Instrumental de Levantamento das Mobilizações não privilegiou a quantificação de participações, apresenta-se nos anexos, “Informativo Quantitativo Parcial das Mobilizações Municipais “, com número de participantes e suas representações, informado apenas por alguns municípios.

4. SÍNTESE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO REALIZADO PELO ESTADO:

Não foi realizado processo de mobilização pelo Estado em Santa Catarina, à medida que a esfera estadual não tem rede de serviços de execução direta que determinasse este tipo de mobilização. O único serviço existente de execução direta é o Centro Educacional São Gabriel - atendimento em regime de abrigo, a crianças e adolescentes deficientes, sendo analisada a impossibilidade de executar mobilização com estes abrigados, ante o grau incapacitante de suas deficiências.

Por outro lado, em virtude da Gripe H1N1 (gripe suína), todos os eventos no estado foram suspensos até setembro de 2009, em virtude do grande número de pessoas que a contraíram, razão que também inviabilizou qualquer outro tipo de mobilização que se pudesse efetuar em termos de mobilização estadual. Como decorrência deste problema de saúde pública, muitos municípios tiveram que suspender e adiar as suas Conferências Municipais de Assistência Social, determinando que a Comissão Organizadora e de Relatoria da VII Conferência Estadual de Assistência Social ficassem envolvidas até às vésperas do evento com a compilação de relatórios e credenciamentos, ante o fato de muitos municípios terem realizado as suas conferências, anteriormente suspensas, faltando poucos dias para o início da Conferência Estadual. Tal fato também foi determinante para que não houvesse nem tempo, nem quadro de recursos humanos suficientes para a organização de eventos de mobilização estadual, que precedessem a realização da Conferência Estadual.

5. AVALIAÇÃO DOS SUBTEMAS: baseada na síntese dos relatórios das conferências municipais.

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
1. Processo Histórico da Participação Popular no País: nossa cidade e territórios em movimento.	1 - A existência dos Conselhos Setoriais e dos Direitos, espaços de participação da sociedade civil.	▪ Não há investimento em ações que efetivem a participação popular na gestão e controle das políticas públicas.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.
	2- A mobilização e participação dos usuários na Conferência Municipal da Assistência Social de 2009 possibilitaram que as pessoas percebessem e identificassem os bloqueios e diferenças que as impedem de participar.	▪ Os conselhos de políticas públicas não garantem a participação efetiva dos usuários.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.
	3 -A implantação de CRAS e CREAS, como centros de referência dos serviços de assistência social, vem contribuindo para que os usuários da assistência social tenham um espaço para o exercício de seu protagonismo e consolidação de seus direitos.	▪ Há pouco conhecimento sobre o processo histórico de participação popular (lutas, feitos e conquistas) no cotidiano dos municípios, onde o movimento popular é pouco valorizado e pouco considerado na elaboração de políticas públicas.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.	▪ Que haja investimento em ações que efetivem a participação popular em políticas públicas e efetuem o resgate histórico dos movimentos sociais.
	4 -Os encontros e reuniões preparatórias para a realização da Conferência Municipal de Assistência Social estabeleceram discussões que possibilitaram analisar de diferentes pontos de vista a política de assistência social, aprofundando suas demandas, descobrindo seus avanços, e proporcionando melhor entendimento do processo de participação nos espaços de assistência social.	▪ A desoneração do Estado na execução de serviços socioassistenciais que são delegados à sociedade civil, através de organizações não governamentais que deixam de lado a realização de discussões sobre as demandas das comunidades, onde estão inseridas e a cerca do papel das políticas públicas para o atendimento destas demandas. Desta forma essas organizações populares perdem o papel político de legítima reivindicação de serviços a serem desenvolvidos pelo poder público, enfraquecendo a mobilização popular na luta pelo fortalecimento das políticas públicas.	▪ Que o Estado assuma a primazia pela condução e gestão da política de assistência social e da rede socioassistencial.	▪ Que o Estado assuma a primazia pela condução e gestão da política de assistência social e da rede socioassistencial.	▪ Que o Estado assuma a primazia pela condução e gestão da política de assistência social e da rede socioassistencial.

1. Processo Histórico da Participação Popular no País: nossa cidade e territórios em movimento.		▪ Pouca efetividade das propostas aprovadas nas Conferências, as quais são engavetadas, desmotivando a participação, em virtude de não ser visto resultado concreto desta participação.	▪ Efetivar as deliberações das Conferências e garantir a avaliação e monitoramento.	▪ Efetivar as deliberações das Conferências e garantir a avaliação e monitoramento.	▪ Efetivar as deliberações das Conferências e garantir a avaliação e monitoramento.
--	--	---	---	---	---

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
2. Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social: a diretriz constitucional em debate.	1- Maior abertura no processo de participação da sociedade civil e usuários.	▪ Fragilidade no entendimento da função do controle social.	▪ Atualização da legislação da Assistência Social.	▪ Viabilização da capacitação, monitoramento e avaliação nos municípios.	-X-
	2 -Regulamentação do repasse fundo a fundo.	▪ Permanência no paradigma do assistencialismo e sociedade ainda acomodada.	▪ Sensibilização e capacitação sobre a Política de Assistência Social.	▪ Viabilização da capacitação, monitoramento e avaliação nos municípios.	-X-
	3 -Exercício de maior controle social da política de assistência social, ainda que incipiente.	▪ Falta de controle e monitoramento da execução orçamentária.	▪ Viabilização de reuniões e audiências públicas informando a execução orçamentária.	▪ Apresentação de relatório do pacto de aprimoramento de gestão periodicamente.	-X-
	4- A importância do papel dos Conselhos nos âmbitos municipal, estadual e federal para o desenvolvimento da política de assistência social.	▪ Gestores e Conselhos não disponibilizam informações sobre "controle social" para a população, não fomentam a participação popular, não democratizam a gestão.	▪ Criação de mecanismos de publicização das informações da Política de Assistência Social à população.	▪ Apresentação de relatório do pacto de aprimoramento de gestão, periodicamente, aos CMAS's e CEAS/SC.	-X-
	5 -Maior periodicidade de realização das reuniões do CMAS, com elaboração de calendário anual.	▪ Desconhecimento dos conselheiros sobre a política de assistência social e suas atribuições dentro do contexto do SUAS, exigindo capacitações pertinentes e continuadas.	▪ Sensibilização e capacitação em relação à Política de Assistência Social.	▪ Viabilização de capacitação, monitoramento, avaliação e constituição de mecanismos operacionais de circulação de informação aos municípios.	-X-

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
3. Protagonismo do Usuário, o seu Lugar Político no SUAS: uma construção inadiável.	1- Com a Lei de adequação da LOAS ao SUAS, a ser aprovada, e a estruturação da nova política de assistência social, organizada em proteções sociais, com a implantação de CRAS e CREAS, ficou mais fácil de compreender e acessar os serviços em relação aos usuários e a necessidade de sua efetiva participação nos serviços, programas, projetos, bem como nos espaços de controle social (conselhos, fóruns, mobilizações organizativas, etc), bem como garantir comando único nas três esferas de governo.	▪ Os potenciais usuários de Assistência Social ainda não estão familiarizados com os serviços socioassistenciais desenvolvidos nos CRAS e CREAS, de tal forma a não buscarem o acesso necessário.	▪ Que o município, a partir do momento de promulgação da Lei de adequação da LOAS ao SUAS, prontamente a execute dentro das prerrogativas legais. ▪ Dar credibilidade aos usuários dando-lhes condições que permitam a sua participação no processo de construção da política de assistência social, do plano municipal, da avaliação, etc.	▪ Dar condições de capacitação aos conselheiros, gestores municipais e técnicos inseridos na política de Assistência Social. ▪ Acompanhar e fiscalizar os municípios no seu papel de implantação das políticas de Assistência Social e a rede socioassistencial municipal. ▪ Ampliar a prestação de serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade para todos os municípios.	▪ Aprovar a Lei de adequação da LOAS ao SUAS. ▪ Estabelecer critérios de cobrança para que os Estados e Municípios implantem de forma imediata o SUAS. ▪ Agilidade no repasse dos recursos para os Estados e Municípios. ▪ Maior publicização através dos meios de comunicação do SUAS. ▪ Agilidade nas decisões normativas que venham consolidar e facilitar a implantação do SUAS, nos Estados e Municípios.
	2- A implantação do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, proporcionou a ampliação do quadro de profissionais, estabelecendo maior atenção às atividades socioeducativas, visando a autonomia, promoção e participação dos usuários.	▪ Ausência de linguagem acessível para comunicação com os usuários nas conferências, dificultando a sua participação.	▪ Divulgar em linguagem popular a política do SUAS para maior compreensão dos usuários. ▪ Criar instrumentais adequados para o melhor entendimento da política do SUAS (cartilhas, informativos, rádio, jornal e outros). ▪ Disponibilizar espaços para a discussão e esclarecimento da Política do SUAS. ▪ Ampliar o número de CRAS nos territórios de maior vulnerabilidade social.	▪ Fiscalizar e apoiar os municípios para que eles implantem e implementem os CRAS e CREAS, de acordo com a sua habilitação. ▪ Socializar nos meios de comunicação a Política do SUAS.	▪ Divulgação em âmbito municipal, estadual e nacional da Política do SUAS. ▪ Elaboração e disponibilização de instrumentais de divulgação da Política do SUAS.

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
3. Protagonismo do Usuário, o seu Lugar Político no SUAS: uma construção inadiável.	3 -Ampliação da divulgação e melhoria do acesso dos usuários aos direitos socioassistenciais, embora ainda se tenha que remar contra a cultura assistencialista do atendimento imediato de benefícios.	Os profissionais da área e usuários carecem de capacitação para o fortalecimento da rede de apoio ao usuário.	- Capacitar os técnicos da área para que eles criem condições dos usuários acessarem aos serviços. - Garantir o cumprimento da Lei de acessibilidade para que o usuário com deficiência tenha acesso aos serviços socioassistenciais e aos espaços de defesa e controle social.	- Capacitar os técnicos da área para que eles criem condições dos usuários acessarem aos serviços. - Fiscalizar os municípios para proporcionar capacitação.	- Capacitar os técnicos da área para que eles criem condições dos usuários acessarem aos serviços. - Fiscalizar os municípios para proporcionar capacitação. - Maior comprometimento com o fortalecimento dos Municípios e Estados para que eles estejam capacitados para prestar os serviços aos usuários da assistência.
	4 -Os usuários que participaram da conferência se posicionaram diante das discussões e contribuíram para a elaboração das propostas, sendo fundamental para fortalecer a participação dos usuários, não podendo mais haver conferência sem a participação deste segmento.	A atual configuração dos conselhos que não garante a efetiva participação de usuários/organização de usuários.	- Garantia da participação dos usuários nos conselhos municipais, através de amparo legal na legislação. - Adequação dos horários de funcionamento dos conselhos e das reuniões dos conselhos.	Investir na capacitação dos conselheiros.	Normatizar a garantia da participação dos usuários nos Conselhos de Assistência Social nos Estados e Municípios.
	5 - Envolvimento e despertar dos usuários para as questões relacionadas ao seu protagonismo frente às decisões que dizem respeito ao controle social e ao bom funcionamento das ações socioassistenciais.	Ausência de reuniões periódicas ou fóruns de debates com as entidades, os usuários e o gestor da política, visando a capacitação e implementação do SUAS.	Criar espaços permanentes de discussão com participação efetiva dos usuários.	Fomentar parceria com os municípios para que estes espaços sejam construídos e consolidados.	Garantir meios (ex: financeiros) para que sejam construídos e consolidados espaços de participação efetiva dos usuários.

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
4. Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS: composição, dinâmica, caráter da representação e processo de escolha.	1- Maior participação dos CMAS na análise e definição das prioridades da política socioassistencial e na destinação dos recursos orçamentários, com a participação dos conselheiros no controle social.	▪ Falta de divulgação das atribuições do Conselho para a população em geral	▪ Proporcionar a divulgação das atribuições e ações do Conselho.	▪ Proporcionar a divulgação das atribuições e ações do Conselho.	▪ Proporcionar a divulgação das atribuições e ações do Conselho
	2- Readequação das legislações municipais, de acordo com os preceitos da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e a consequente revisão das resoluções de inscrições das entidades socioassistenciais.	▪ Baixo índice de participação de conselheiros nas reuniões do CMAS, incidindo negativamente no processo de desenvolvimento das atribuições, das deliberações e na fiscalização da política.	▪ Proporcionar o custeio das despesas de transporte/alimentação para todas as reuniões do conselho e eventos associados, quando necessário.	▪ Capacitação dos conselhos de forma regional por divisão político-administrativa das Associações de Municípios e/ou das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's).	▪ Garantir recursos de co-financiamento para as capacitações.
	3- Operacionalização do repasse de recurso de fundo-a- fundo da esfera estadual para esfera municipal, eliminando a figura convenial, para ações continuadas.	▪ Falta de capacitação dos conselheiros de assistência social, gerando fragilidade sobre o entendimento da PNAS e sobre o papel do conselho de assistência social.	▪ Proporcionar o custeio das despesas de transporte/alimentação para todas as reuniões do Conselho e eventos associados, quando necessário.	▪ Capacitação dos Conselhos de forma regionalizada.	▪ Garantir recursos de co-financiamento para as capacitações.
	4 - Criação de Fórum Municipal dos Conselhos Municipais Setoriais e de Direitos e realização de encontros inter-conselhos, bem como realização de fóruns para a escolha dos membros da sociedade civil.	▪ Falta de entendimento das entidades e organizações de assistência social que solicitam inscrição junto ao Conselho, quanto ao seu papel no desenvolvimento de ações socioassistenciais.	▪ Garantir assessoria técnica operacional para a rede socioassistencial.	-X-	-X-
	5- A existência de legislação que exige a realização de "conferências", espaço para ampliação do conhecimento sobre a política de assistência social e sobre as responsabilidades políticas, técnicas, éticas e legais dos segmentos governamentais e não governamentais que a executam.	▪ Dificuldade dos conselheiros com deficiência de participarem de capacitações fora do município.	▪ Garantir a acessibilidade dos conselheiros com deficiência nos locais de reuniões, eventos, conferências e outros.	▪ Garantir a acessibilidade dos conselheiros com deficiência nos locais de reuniões, eventos, conferências e outros	▪ Garantir a acessibilidade dos conselheiros com deficiência nos locais de reuniões, eventos, conferências e outros.

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
5. Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos.	1- Repasse de recursos fundo-a-fundo pela esfera federal, consolidando a regularidade do financiamento, bem como a realização da prestação de contas dos recursos na forma anual on-line, desburocratizando o processo e qualificando o uso dos recursos, a partir da não adoção de prazos reduzidos para a sua utilização.	▪ O não estabelecimento de percentual mínimo, vinculado à receita municipal, estadual e nacional para financiamento da política de assistência social.	▪ Estabelecimento de percentual mínimo, vinculado à receita municipal, estadual e nacional para financiamento da política de assistência social.	▪ Estabelecimento de percentual mínimo, vinculado à receita municipal, estadual e nacional para financiamento da política de assistência social.	▪ Estabelecimento de percentual mínimo, vinculado à receita municipal, estadual e nacional para financiamento da política de assistência social.
	2 - A ampliação no âmbito dos municípios catarinenses da instituição de Secretarias de Assistência Social (Comando Único), bem como da criação dos Fundos Municipais de Assistência Social.	▪ A não participação, em eventos de capacitação da assistência social, de profissionais que atuam na área administrativa-contábil das prefeituras ou secretarias municipais, pois as atividades meio deveriam caminhar junto com o desenvolvimento das atividades fim.	▪ A participação, em eventos de capacitação da assistência social, de profissionais que atuam na área administrativa-contábil das prefeituras ou secretarias municipais, pois as atividades meio deveriam caminhar junto com o desenvolvimento das atividades fim.	▪ A participação, em eventos de capacitação da assistência social, de profissionais que atuam na área administrativa-contábil das prefeituras ou secretarias municipais, pois as atividades meio deveriam caminhar junto com o desenvolvimento das atividades fim.	▪ A participação, em eventos de capacitação da assistência social, de profissionais que atuam na área administrativa-contábil das prefeituras ou secretarias municipais, pois as atividades meio deveriam caminhar junto com o desenvolvimento das atividades fim.
	3 -A mudança de habilitação do município de gestão inicial para gestão básica se constituiu num salto de qualidade em relação aos serviços que têm que ser prestados, e ao financiamento que deve se adequar às novas responsabilidades, assumidas pela gestão municipal.	▪ Falta de orçamento próprio e autônomo para a Assistência Social, em parcela dos municípios catarinenses, ante a sua situação de estar subordinada a outra política pública.	▪ Constituição de Secretarias Municipais de Assistência Social.	▪ Orientação e acompanhamento aos municípios, buscando organizar a estrutura de gestão e prestação dos serviços, conforme o SUAS.	▪ Criação de mecanismos efetivos de identificação e monitoramento sobre a gestão e prestação dos serviços, nos municípios, conforme o SUAS.

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
5. Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos.	4- Início de conscientização dos atores da política de assistência social, em relação à importância de sua mobilização para que o poder executivo e legislativo reconheçam as demandas financeiras necessárias para a implementação do SUAS..	▪ Ordenador de despesa do FMAS não ser o gestor da política, mas o Prefeito, dificultando a operacionalização do orçamento.	▪ O Ordenador deve ser o Gestor da Política de Assistência Social.	▪ Orientação e acompanhamento aos Municípios, buscando organizar a estrutura de gestão e prestação de serviços, conforme o SUAS.	▪ Criação de mecanismos efetivos de identificação e monitoramento sobre a gestão e prestação dos serviços, nos municípios, conforme o SUAS.
	5 - Instituição do SUAS com a perspectiva de unificar a política de assistência social nacionalmente com nomenclatura própria, definição clara de serviços de proteção social e básica e especial em equipamentos públicos referenciados, tipificação de serviços, instituição de pisos e repasse automático de fundo-a-fundo para ações continuadas por parte do governo federal.	▪ Parco investimento da esfera estadual no financiamento da política, comparado ao montante financiado pela União e pelos municípios, em Santa Catarina, resultando em não cumprimento da responsabilidade da esfera estatal de co-financiar os Serviços de Proteção Social Básica (Benefícios Eventuais) e Proteção Social Especial.	▪ Co-financiamento Municipal compatível com a realidade do Município.	▪ Co-financiamento Estadual compatível com a realidade dos Municípios.	▪ Co-financiamento Federal compatível com a realidade dos Estados e Municípios, e fiscalização, junto aos Estados, quanto ao seu co-financiamento aos Municípios.
	6 -O uso informatizado de ferramentas de monitoramento e avaliação, contribuindo para o aperfeiçoamento dos serviços executados nos Centros de Referência de Assistência Social e servindo como parâmetro para os co-financiamentos aos municípios.	▪ Limitação dos recursos municipais para a assistência social, por falta de entendimento do poder executivo e legislativo sobre a necessidade de aplicação de recursos nesta área, ou seja, sobre as vantagens de investimento no SUAS, e as consequências desvantajosas desse não investimento.	▪ Garantia de orçamento para a execução de ações continuadas de incentivo à participação dos gestores, prefeitos e parlamentares em capacitações, conferências, fóruns entre outros, da política de assistência social.	▪ Garantia de orçamento para a execução de ações continuadas de incentivo à participação dos gestores, prefeitos e parlamentares em capacitações, conferências, fóruns entre outros, da política de assistência social.	▪ Garantia de orçamento para a execução de ações continuadas de incentivo à participação dos gestores, prefeitos e parlamentares em capacitações, conferências, fóruns entre outros, da política de assistência social.
	7- Maior fortalecimento das entidades prestadoras de serviço que trabalham com usuários dentro do SUAS, ante a busca de co-financiamento dos seus serviços com base em pisos.	-X-	-X-	-X-	-X-

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
6. Democratização da Gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental.	1- A padronização propiciada pelo SUAS com a utilização da mesma nomenclatura, mesmas diretrizes, mesma tipificação de serviços, e mesmas orientações legais (portarias, resoluções) que embasam a gestão e a execução de programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais.	▪ Insuficiência de recursos humanos e financeiros para a implementação dos serviços no município (tanto no âmbito governamental como não governamental), bem como de equipe multidisciplinar capacitada para operacionalizar a relação do poder público com as entidades de assistência social, para desenvolvimento do Vínculo SUAS.	▪ Investimento adequado de acordo com as demandas.	▪ Colaboração com suporte técnico.	▪ Garantia, por meio de normatização específica, de percentual para a política de assistência social pelos entes federados.
	2- O maior entendimento dos participantes da conferência, inclusive dos usuários, sobre a política de assistência social, propiciando a "denúncia" sobre o descaso e pouco reconhecimento de seu lugar como política pública, no município.	▪ A gestão da Política de Assistência estar vinculada a outra política pública (funcionando, por exemplo, dentro da Secretaria de Saúde), ficando à margem todo o seu processo de implementação do SUAS.	▪ Criação da Secretaria de Assistência Social (Comando Único de Assistência Social).	▪ Monitoramento e co-financiamento.	▪ Monitoramento e co-financiamento
	3 -A descentralização das ações da política de assistência social e a percepção da importância e necessidade de melhorias na sua gestão.	▪ Existência de equipes de trabalhadores do SUAS insuficientes e não concursadas, gerando acúmulo de funções que geram ativismo e rotatividade de profissionais nos municípios, impedindo o desenvolvimento de ações que estimulem a intersetorialidade das políticas públicas e com o terceiro setor, bem como a participação popular.	▪ Realização de concurso público para trabalhadores sociais do SUAS, com garantia de capacitação e formação continuada.	▪ Realização de concurso público para trabalhadores sociais do SUAS, com garantia de capacitação e formação continuada.	▪ Realização de concurso público para trabalhadores sociais do SUAS, com garantia de capacitação e formação continuada, e co-financiamento para o pagamento do quadro efetivo.
	4- A presença de gestor da política de assistência social, com formação na área, e ênfase nos avanços na área, por entender a lógica do SUAS.	▪ A política de assistência social ainda assumir demandas de outras políticas públicas.	▪ Definição dos papéis das políticas públicas correlatas, para reconhecer quais as demandas da assistência social.	▪ Publicização e concretização da política de assistência social para sua efetivação.	▪ Aplicação das normativas legais, instituindo as competências de cada ente federado.
	5 -A política de assistência social vem colocando em prática, a busca ativa de construção de uma rede intersetorial efetiva de serviços, com outras políticas públicas, e com o terceiro setor.	▪ Ausência de serviço informatizado, integrado às demais políticas públicas e à rede socioassistencial que possibilite o acompanhamento integral do atendimento ao usuário.	▪ Implementação e alimentação de sistema informatizado.	▪ Implementação e alimentação de sistema informatizado, e formação técnica.	▪ Criação e implantação pelo Governo federal de um Sistema de Informação integrando as políticas públicas, a rede socioassistencial e o CadÚnico.

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
7. Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS: controle social, participação popular e gestão interna.	1- Aumento da participação das entidades de assistência social nos Conselhos de Direitos que vêm sendo instituídos (Idosos, Promoção da Igualdade Racial, Mulher), possibilita que estas entidades se apropriem de orientações específicas de sua área de atuação, contribuindo para o controle social das políticas públicas.	▪ Pelo pouco conhecimento da Política de Assistência Social e das legislações pertinentes as entidades não se envolvem com a Política de Assistência Social no CMAS.	▪ Capacitação continuada das entidades não governamentais sob a fomentação do Conselho Municipal de Assistência Social.	▪ Promover capacitação continuada a nível estadual de todos os agentes operacionais (conselhos, trabalhadores, entidades e usuários).	▪ Publicização através da mídia em relação ao SUAS, à Política de Assistência Social, e à importância da participação nos conselhos.
	2- Interesse das entidades de assistência social por capacitação relacionada à nova política de assistência social, demonstração de interesse em se adequarem ao novo modelo de gestão do SUAS.	▪ Dificuldade de participação dos usuários na defesa de seus direitos.	▪ Operacionalizar a divulgação dos programas, projetos e serviços disponíveis dentro do município, utilizando linguagem clara e acessível aos usuários.	▪ Fortalecimento e divulgação das ações do Fórum Estadual das Entidades, oferecendo formação continuada.	▪ Publicização através da mídia em relação ao SUAS, à Política de Assistência Social, e à importância da participação nos conselhos.
	3 -Maior fortalecimento das entidades prestadoras de serviço que trabalham com usuários dentro do SUAS, à medida que com o "Vínculo SUAS" têm alterado o seu "lugar" de importância na execução dos serviços e têm oportunidade de melhoria na gestão e execução dos serviços, profissionalizando-os.	▪ A visão de muitas entidades, em relação à Assistência Social, sobre o viés do assistencialismo, pela falta de divulgação e do significado legítimo da Assistência Social como política pública.	▪ Operacionalizar a vinculação das entidades ao SUAS.	▪ Monitorar e fomentar o vínculo SUAS nos municípios.	▪ Monitorar e fomentar o vínculo SUAS nos municípios.
	4 -Há o rompimento gradativo do assistencialismo, em favor da prestação da assistência social como direito do cidadão, e avanço no padrão de qualidade dos serviços prestados pelas entidades.	-X-	-X-	-X-	-X-
	5- Existência de relatórios físico-financeiros de todo investimento feito pela rede não governamental inscrita no CMAS, possibilitando o espelho do custo da assistência social, no município.	-X-	-X-	-X-	-X-

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
8. O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários: bases para uma atuação democrática e participativa.		1- Ainda faltam trabalhadores concursados para atuação no SUAS, nos municípios, debilitando a atuação junto aos usuários.	▪ Marco regulatório (Lei Federal) para que de fato a implementação da NOB-RH ocorra nas três esferas de governo.	▪ Marco regulatório (Lei Federal) para que de fato a implementação da NOB-RH ocorra nas três esferas de governo.	▪ Marco regulatório (Lei Federal) para que de fato a implementação da NOB-RH ocorra nas três esferas de governo.
		2- A não implantação de CRAS, espaço por excelência de participação dos usuários da assistência social.	▪ Co-financiamento para a construção e manutenção de CRAS.	▪ Co-financiamento para a construção e manutenção de CRAS.	▪ Financiamento para a construção e manutenção de CRAS.
		3- Ausência de capacitação aos trabalhadores do SUAS em relação a metodologias e ações que desenvolvam o protagonismo dos usuários.	▪ Garantir que os recursos vinculados para a área de Assistência Social sejam destinados à capacitação dos trabalhadores do SUAS. ▪ Apontar no Plano Plurianual e Plano Municipal de Assistência Social, a política sistemática de capacitação permanente aos trabalhadores do SUAS	▪ Capacitações continuadas e descentralizadas para os trabalhadores do SUAS, com destaque para a capacitação e formação específica para o atendimento às pessoas com deficiência.	▪ Capacitações continuadas e descentralizadas para os trabalhadores do SUAS.
		4- A não implementação de propostas da VI Conferência de Assistência Social relativas a este subtema.	▪ Efetivação das deliberações da VI Conferência de Assistência Social. ▪ Estratégias de prestação de contas semestrais para verificação da implementação das deliberações das Conferências.	▪ Efetivação das deliberações da VI Conferência de Assistência Social.	▪ Efetivação das deliberações da VI Conferência de Assistência Social.

SUBTEMAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
8. O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários: bases para uma atuação democrática e participativa.		5 - A não instituição de "Mesa de Negociações" de composição paritária, entre gestores, prestadores de serviços, trabalhadores da área da assistência do setor público e privado, para estudarem, analisarem a NOB-RH e formularem as diretrizes da gestão do trabalho e a definição de quadro de recursos humanos (equipes de referência), conforme exposto na NOB-RH, de acordo com a habilitação dos municípios, impede que com planejamento concreto, os municípios possam avançar na instituição da NOB-RH.	▪ Implantação e implementação de "Mesa de Negociações"	▪ Implantação e implementação de "Mesa de Negociações"	▪ Implantação e implementação de "Mesa de Negociações"
	1- A participação dos usuários na Conferência de Assistência Social, contribuindo com suas opiniões, relatos e pareceres.		▪ Garantir e ampliar a continuidade do processo participativo dos usuários.	▪ Garantir e ampliar a continuidade do processo participativo dos usuários.	▪ Garantir e ampliar a continuidade do processo participativo dos usuários.

6. DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SANTA CATARINA:

SUBTEMAS	DELIBERAÇÕES	GESTÃO PARTILHADA - META			PERÍODO/PRAZO
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	
1. Processo Histórico da Participação Popular no País: nossa cidade e territórios em movimento.	1 - Revisão das leis de criação dos CMAS's de todos os municípios, inserindo a presença de usuários/organização de usuários.	Revisão das leis de criação dos CMAS's em 50% dos municípios em 2010 e em 100%, em 2011.			2 010 e 2 011.
	2- Inserir a metodologia de encontros preparatórios, criação de fóruns e de conselhos locais de assistência, como estratégia para a mobilização popular, resgatando a história dos movimentos sociais.	- Criar fóruns em 2010; - Criar conselhos locais de assistência social em 2010; - Realizar encontros preparatórios para as próximas conferências.	- Fortalecer os fóruns; - Realizar encontros preparatórios para as próximas conferências.	- Fortalecer os fóruns; - Realizar encontros preparatórios para as próximas conferências.	2010
	3 - Efetivar as propostas de todas as Conferências por meio de um sistema de avaliação e monitoramento por parte dos Conselhos e da sociedade	Revisão e garantia da efetivação das deliberações das últimas Conferências, em 2010.	Revisão e garantia da efetivação das deliberações das últimas Conferências, em 2010.	Revisão e garantia da efetivação das deliberações das últimas Conferências, em 2010.	2010

SUBTEMAS	DELIBERAÇÕES	GESTÃO PARTILHADA - META			PERÍODO/PRAZO
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	
2. Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social: a diretriz constitucional em debate.	1- Organização e viabilização de capacitação com metodologia diferenciada para gestores, conselheiros, trabalhadores, usuários e entidades de forma descentralizada.	X	X	X	Permanente
	2- Aprimoramento das estratégias de controle social da execução orçamentária e aplicação dos recursos com vistas à avaliação da efetividade dos programas, projetos, serviços e benefícios.	X	X	X	Permanente
	3 - Revisão das leis de criação dos Conselhos de Assistência Social, fortalecendo a participação dos usuários nos mesmos.	X	X	X	Permanente

SUBTEMAS	DELIBERAÇÕES	GESTÃO PARTILHADA - META			PERÍODO/PRAZO
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	
3. Protagonismo do Usuário, o seu Lugar Político no SUAS: uma construção inadiável.	1 – Garantia da participação dos usuários nos Conselhos de Assistência Social, através de alteração da lei de criação do Conselho, nas três esferas do governo, para que os usuários façam parte integrante de sua composição; e realização descentralizada das reuniões do CMAS, com datas e horários que contribuam para a participação dos usuários na elaboração de propostas.	X	X	X	Até 2010
	2 - Desenvolvimento de metodologias de trabalho com os usuários, em que sejam protagonistas e não meros espectadores, sendo respeitadas desta maneira, as suas demandas, sendo as soluções decorrentes, uma busca conjunta entre usuários e trabalhadores da área; e realização de reuniões ampliadas do CMAS, nas quais a população e os usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios possam expor as suas demandas e avaliar os serviços que lhes são prestados no território.	X	X	X	Até 2010
	3 – Oportunizar espaços e meios para que as famílias inseridas nos programas socioassistenciais e em atividades socioeducativas desenvolvidas nos CRAS e CREAS, possam ser protagonistas no processo de planejamento e execução das atividades a serem desenvolvidas.	X	X	X	Até 2010

SUBTEMAS	DELIBERAÇÕES	GESTÃO PARTILHADA - META			PERÍODO/PRAZO
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	
4. Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS: composição, dinâmica, caráter da representação e processo de escolha.	1- Divulgação das atribuições e ações dos conselhos nas três esferas de governo.	▪ Proporcionar a divulgação das atribuições e ações dos Conselhos.	▪ Proporcionar a divulgação das atribuições e ações dos Conselhos.	▪ Proporcionar a divulgação das atribuições e ações dos Conselhos.	Curto prazo
	2- Custeio das despesas de transporte e alimentação para todas as reuniões do conselho e eventos associados, quando necessário.	▪ Proporcionar o custeio das despesas de transporte e alimentação para todas as reuniões do Conselho e eventos associados, quando necessário.	▪ Proporcionar o custeio das despesas de transporte, alimentação e hospedagem para todas as reuniões do Conselho e eventos associados, quando necessário.	▪ Proporcionar o custeio das despesas de transporte, alimentação e hospedagem para todas as reuniões do Conselho e eventos associados, quando necessário.	Curto prazo
	3- Criação e/ou implementação da secretaria executiva nos conselhos de assistência social, disponibilizando, pelo menos, um/a profissional de serviço social.	▪ Garantir a criação e/ou implementação da secretaria executiva nos Conselhos de assistência social, disponibilizando, pelo menos, um/a profissional de serviço social.	▪ Garantir a criação e/ou implementação da secretaria executiva nos Conselhos de assistência social, disponibilizando, pelo menos, um/a profissional de serviço social.	▪ Garantir a criação e/ou implementação da secretaria executiva nos Conselhos de assistência social, disponibilizando, pelo menos, um/a profissional de serviço social.	Curto prazo

SUBTEMAS	DELIBERAÇÕES	GESTÃO PARTILHADA - META			PERÍODO/PRAZO
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	
5. Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos.	1- Garantia de cumprimento do co-financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios, nas três esferas de governo, com ampliação do recurso em 10% do orçamento da Seguridade Social para a Assistência Social no âmbito da União, e com progressiva vinculação de percentual nas esferas Municipal e Estadual: 5% em 2010, 7% em 2011, 9% em 2012 e 10% em 2013 - definindo que 40% do orçamento estadual da Assistência Social seja para co-financiamento direto aos Municípios, garantido que este co-financiamento possa ser aplicado na contratação de pessoal para o quadro efetivo e em despesas de investimento, respeitada a gestão democrática, participativa e descentralizada, de tal forma que gestores e conselheiros municipais possam deliberar sobre como os valores disponibilizados, deverão ser aplicados.	▪ Estabelecer a regulamentação através de Lei Federal.	▪ Estabelecer a regulamentação através de Lei Federal.	▪ Criar Lei Federal que estabeleça percentual fixo para Política de Assistência Social.	Curto Prazo
	2- Garantir a capacitação de todo o segmento da área social (trabalhadores do SUAS, gestores, entidades prestadoras de serviços, conselheiros, usuários) sobre planejamento, captação de recursos e financiamento, possibilitando a análise e proposição da LDO, PPA, LOA e a elaboração de projetos e benefícios aos usuários.	▪ Implementar o plano de capacitação continuada.	▪ Implementar o plano de capacitação continuada.	▪ Estabelecer diretrizes para um plano de capacitação continuada para Estados e Municípios.	Curto Prazo
	3 - Efetivar o repasse dos recursos estaduais de fundo-a-fundo, assegurando o co-financiamento dos serviços e benefícios (eventuais) de forma continuada.		▪ Implantar sistema informatizado, equiparado às ferramentas utilizadas pelo Governo Federal.		Curto Prazo

SUBTEMAS	DELIBERAÇÕES	GESTÃO PARTILHADA - META			PERÍODO/PRAZO
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	
6. Democratização da Gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental.	1 - Implantação e/ou implementação dos equipamentos sociais públicos CRAS e CREAS nos municípios, a serem co-financiados pelos três entes federados.	▪ Implantação e/ou implementação dos equipamentos sociais públicos CRAS e CREAS.	▪ Co-financiamento para Implantação e/ou implementação dos equipamentos sociais públicos CRAS e CREAS.	▪ Co-financiamento para Implantação e/ou implementação dos equipamentos sociais públicos CRAS e CREAS.	Curto Prazo
	2 - Estabelecer regulamentações que fortaleçam os princípios e diretrizes do SUAS como sistema público, descentralizado e participativo, inclusive fortalecendo a participação dos usuários e de suas organizações.	▪ Estabelecer regulamentações específicas.	▪ Estabelecer regulamentações específicas.	▪ Estabelecer normatizações.	Curto Prazo
	3 - Criação e/ou implantação de sistema de informação e monitoramento integrado à rede socioassistencial governamental e não governamental, contemplando o CadÚnico e respeitando a padronização do SUAS.	▪ Criação e/ou implantação de sistema de informação e monitoramento integrado à rede socioassistencial governamental e não governamental, contemplando o CadÚnico e respeitando a padronização do SUAS.	▪ Criação e/ou implantação de sistema de informação e monitoramento integrado à rede socioassistencial governamental e não governamental, contemplando o CadÚnico e respeitando a padronização do SUAS.	▪ Criação e/ou implantação de sistema de informação e monitoramento integrado à rede socioassistencial governamental e não governamental, contemplando o CadÚnico e respeitando a padronização do SUAS.	Médio Prazo

SUBTEMAS	DELIBERAÇÕES	GESTÃO PARTILHADA - META			PERÍODO/PRAZO
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	
7. Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS: controle social, participação popular e gestão interna.	1 - Elaboração de diagnóstico das entidades co-financiadas, identificando: vagas disponíveis, forma de trabalho, usuários, para adequação ao SUAS.	X	X	X	Curto Prazo
	2- Adequação da rede socioassistencial governamental e não governamental ao SUAS, através da capacitação continuada de dirigentes, técnicos, trabalhadores da assistência social e voluntários sobre a Política Nacional de Assistência Social.	X	X	X	Curto Prazo
	3 - Monitoramento da rede socioassistencial através de observação sobre a participação e gestão interna, qualidade dos serviços ofertados e publicização das atividades desenvolvidas.	X	X	X	Médio Prazo

SUBTEMAS	DELIBERAÇÕES	GESTÃO PARTILHADA - META			PERÍODO/PRAZO
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	
8. O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários: bases para uma atuação democrática e participativa.	1- Instituição de marco regulatório (Lei Federal) para que, de fato, a implementação da NOB-RH e o Comando Único da Política de Assistência Social ocorra nas três esferas de governo.	X	X	X	01 ano
	2- Garantir, por meio de instrumentos legais, que os recursos transferidos pelo Governo Federal para os municípios para o co-financiamento de serviços, programas, projetos e gestão dos benefícios permitam o pagamento da remuneração dos trabalhadores e/ou servidores público concursados da assistência social, definidos como equipes de referência na NOB/RH, e adequar o quadro de profissionais à demanda de acordo com a NOB/RH. E em se tratando de serviço público, garantir a realização de concurso público para contratar e manter o quadro de pessoal necessário à execução e gestão de serviços socioassistenciais, observadas as normas legais vigentes.	X	X	X	A partir de 2010
	3 - Capacitação dos trabalhadores da assistência social em relação a metodologias e ações que desenvolvam o protagonismo dos usuários, com elaboração de Plano de Capacitação continuada.	X	X	X	Imediata

7. DELEGADOS HOMOLOGADOS DE SANTA CATARINA:

7.1. DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS (Representação Gestor e Trabalhadores da Área):

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS - REPRESENTAÇÃO GESTOR				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Maria Eunice Malacarne Bernat	Blumenau	13C/1.858.462	(47) 3222-3193	mariaeunice@blumenau.sc.gov.br
2- Marlene dos Santos	Indaial	795.278-3	(47) 3333-3542	conselhos@indaial.sc.gov.sc
3- Mariléa Batista	Rio do Sul	1/R 1.372.154	(47) 3525-4084	social@riodosul.sc.gov.br
4- Mônica Cristina Romminger Tonet	Joinville	6.248.719	(47) 9108-5939	gestaotrabalhosasjle@gmail.com
5- Sílvia Corrêa Ribeiro	Capão Alto	4.220.432-1	(49) 3237-0011	sribeiro@hotmail.com
6- Andréia Nunes Vieira	Painel	3.926.328	(49) 3235-0034	deiavieira@yahoo.com.br
7- Claudelice Belegante	Presidente Nereu	2.915.162-7	(47) 3362-1108/1258	clau.belegante@hotmail.com
8- Elizabete Maria Silveira Goulart	Florianópolis	2.080.461-0	(48) 9915-7060	elizabetegoulart@ig.com.br
9- Cleonice Duranti	Campo Erê	4.685.177-1	(49) 3655-1793	cras@campoere.sc.gov.br
10- Valéria Corrêa Rodrigues	Imbituba	2.004.234	(48) 3255-0608	valeriaf.rodrigues@hotmail.com
11-Greison Rocha	Presidente Getúlio	3.993.595-7	(47)8809-5266	jgreison@yahoo.com.br
SUPLENTE -DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS - REPRESENTAÇÃO GESTOR				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Karin Zandrozny Gouvêa da Costa	Blumenau	7.935.967	(47) 3222-3174	karin@blumenau.sc.gov.br
2- Karina de C. Kohler Wendt	Canoinhas	3.874.993	(47) 3621-7750	social@pmc.sc.gov.br
3-Rúbia Karen Provesnsi	Joaçaba	3.793.535	(49) 3522- 5757	rubiakaren@hotmail.com

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS - REPRESENTAÇÃO TRABALHADORES DA ÁREA				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Paula Taciana Tretto	Itá	3.539.018-2	(49) 3458-1770	paula.tretto@gmail.com
2- Bianca Martins	Criciúma	3.715.231	(48) 9925-6973	bmvintecinco@yahoo.com.br
3-Karin Kelly Massinhani Von Dentz	S Miguel do Oeste	4.219.490	(49)-3627-0218/9137-5269	(não preencheu)
4-Maristela Rosa Abatti Schüler	Joaçaba	1.709.452	(49)-3522-4548/9931-8849	maristela_abatti@hotmail.com
5-Sirlei Inês Lazarotto Rambo	Pinhalzinho	1.128.709	(49)-33661556/88119643	sirleirambo@pzo.com.br
6-Danielle Cardoso Maurício Sobreira	Itajaí	5.043.831-0	(47) 8401-2578	daniitajai@ig.com.br
7-Ana Lúcia Gioppo Calegari	Araranguá	403.908.089-2 (CPF)	(48) 9626-2491	gioppocalegari@yahoo.com.br
8-Gracieli Borla	Jaraguá do Sul	2.946.756	(47) 9966-8224	craciborla@yahoo.com.br
9-Etelvina Conceição Medeiros	Rio Rufino	1.285.024-1	(49)3279-0000	madeiros_ecm@hotmail.com
10-Luciana Pereira da Silva	São José	2.789.795-8	(48)3281-6745	luca0607@gmail.com
11-Elena Terezinha Borguezan	Mirim Doce	7R/2.493.442	(47) 3565-0364	elenaborquezan@hotmail.com
SUPLENTE - DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS - REPRESENTAÇÃO TRABALHADORES DA ÁREA				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Dayse Dinorá da Silva	Brusque	3R/ 4.103.695	(47) 3251-1833	day-maff@hotmail.com
2-Juliana de Aguiar Prudêncio	Joinville	4.490.590	(47)3463-1063/8817-9991	julinhaag@yahoo.com.br
3-Neusa Maria Goedert	Florianópolis	1.572.480	(48) 9958-0863	neusamg@hotmail.com
4-Natalli Pazini Silva	BalneárioCamboriú	5.159.340	(47) 9998-9373	natatai@hotmail.com
5-Jucênia Judite de Souza	Palhoça	1.252.819	(48) 3242-9142	crasbrejaru@gmail.com
6-Charles Andrade Medeiros	Lages	4.178.745	(49) 9101-9478	charles.clinica@yahoo.com.br
7-Aline Carolina Medeiros	Correia Pinto	3.499.379	(49)9991-0816	caroaaline@yahoo.com.br
8- Maria Terezinha Pieri Machado	Criciúma	469.840	(48)3433-7673/9632-2554	mtpieri@hotmail.com
9- Margaretê Trambo	Joinville	8.595.270	(47)3802-3735	megtrambo@gmail.com
10- Juliana Kusnier	Joaçaba	4.152.387	(49) 3521-2180	julianakusnier@hotmail.com
11- Emiliana Vargas	Rio do Sul	2959730-7	(47) 8859-0276	milyv25@hotmail.com

7.2. DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL (Representação Entidades de Assistência Social, Trabalhadores da Área e Usuários/Organização de Usuários):

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS SOCIEDADE CIVIL – ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Julio Cezar Prachum	Correia Pinto	2.702.325-7	(49)9925-0400	(não preencheu)
2- Inalda Apolônia Steiner Pasini	Blumenau	425.876	(47)3323-2551	inaldapasini@blumenau.sc.gov.br
3-Evelise Maria Junkes Buzzi	Joinville	2/R 1.863.853	(47)3422-4200	evelisebuzzi@terra.com.br
4-Mayara Maria de Oliveira Vivan	São José	4.701.889-5	(48) 9911-2070	mayara.vivan@gmail.com
5- Diomar de Amorim	Garopaba	4.325.964-4	(48) 3254-4169	diomar_sds@hotmail.com
6-Eva Maristela Branco Lima	Capão Alto	3.717.597-1	(49) 3237-0146	eva.maristela@hotmail.com
7-Telmo Demarch	Florianópolis	2.267.447	(48) 8428-3468	apedesc@yahoo.com.br
SUPLENTES - DELEGADOS MUNICIPAIS SOCIEDADE CIVIL – ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Chaiana Berto da Silva	Joaçaba	4.289.987	(49) 9115-9655	chaiana-b@hotmail.com
2- Celso Jacó Kieling	Itapema	3.923.154-9	(47) 9607-0906	capitulindo@hotmail.com
3-Simone Marlene da Silva	Palhoça	3.354.589	(48) 8409-8889	simone.silva75@yahoo.com.br
4-Eliene Custódio Martins	Imbituba	678.100-0	(48) 3355-3062	eliene_zimba@hotmail.com
5-José Luiz Back	Forquilha	332.753	(48) 3463-1116	(não preencheu)
6-Sidnei Pavesi	Brusque	3.725.839-7	(47) 9983-2914	pavesi@univali.br
7- Solange Bueno	Florianópolis	1.004.135.917	(48) 9618-7455	soliris@ig.com.br

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS SOCIEDADE CIVIL – TRABALHADORES DA ÁREA DE ENTIDADES				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Alceu Kuhn	Chapecó	2.168.694	(49) 9995-3097	alceukuhn@terra.com.br
2- Tânia Aparecida Pereira da Cunha	Concórdia	1.333.887	(49)3442-0922/0266	taniadcunha@hotmail.com
3- Daiane de Carvalho Teixeira	Araranguá	3.735.897	(48)3522-0435	social@amesc.com.br
4- Antonio Coradi	Xanxerê	1.782.310-2	(49) 9914-3562	antonio.coradi@yahoo.com.br
5- Vera Lúcia de Leão	Joinville	2.847.628	(47) 8462-1292	verinha_leao@hotmail.com
6- Ana Elisa Moretti Pavanello	Jaraguá do Sul	372.695-9	(47) 3275-0489	anaelisapavanello@yahoo.com.br
7- Elisabeth Bahia Spinola Bittencourt Ferrer	Florianópolis	275.472	(48) 3228-1838	elisabethbahia@gmail.com
SUPLENTE - DELEGADOS MUNICIPAIS SOCIEDADE CIVIL – TRABALHADORES DA ÁREA DE ENTIDADES				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Sebastião Rosa	Ituporanga	529.302-2	(47) 3533-3495	rosa.sebastiao@yahoo.com.br
2- Manoel Inácio Camilo Carreira	Jaraguá do Sul	6.239.246	(47) 3371-6670	inacio.carreira@gmail.com
3- Dirce Provenzi	Seara	294.931-8	(49)3452-1289	dprovenzi@yahoo.com.br
4- Fabiane Luzia Cassol da Rocha	Dionísio Cerqueira	4.828.836	(49) 9121-1493	fabluzi@yahoo.com.br
5- Antonio Guimarães Barbosa	Criciúma	083.880.752-7	(48) 3443-3014	(não preencheu)
6- Odésia José da Silva	Itajaí	1.501.272	(47) 3348-9995	odesia@ade.fi.org.br
7- Abel Antonio Decol	Herval do Oeste	857.900	(49) 3554-0861	(não preencheu)

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS SOCIEDADE CIVIL – USUÁRIOS/ORGANIZAÇÃO USUÁRIOS				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Neusa da Silva Rachor	Brusque	4.531.359-8	(47) 9138-3587	(Não preencheu)
2-Dirce Teresinha Ramos	Concórdia	2.403.573	(49) 8411-5122	(Não preencheu)
3- João Batista Laurindo	Imbituba	10 R/ 2.001.002	(48) 8437-5036/9913-6694	zimbati@hotmail.com
4- Jairo Vargas Jerônimo	Joinville	2.842.835-8	(47) 3463-8837 (vizinha)	(Não preencheu)
5- Clovis Gonçalves dos Santos	Irineópolis	(Não preencheu)	(47) 36251112	(Não preencheu)
6- Wander Galvão de Jesus Lopes	Lages	4.220.151	(49) 3224-3014	wander@uniplac.net
7- Sandra de Souza Moura	Correia Pinto	4.380.798-4	(49) 9103-8273	(Não preencheu)
8- Rogério Estivalete Tolentino	Palhoça	3.699.425-1	(48) 8467-2080	rogerio.gero35@yahoo.com.br
SUPLENTE - DELEGADOS MUNICIPAIS SOCIEDADE CIVIL – USUÁRIOS/ORGANIZAÇÃO USUÁRIOS				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Inês J. Martins	Florianópolis	1/R 778.221	(48) 3225-8276	mayara_1000gatinha@hotmail.com
2- Riolando Cunha Junior	São Francisco do Sul	3.463.748	(47)3444-1796/8859-7601	riolando_@hotmail.com
3- Maria do Carmo da Silva Reis	Jaraguá do Sul	2.373.752	(47) 8433-8459	maria18_carmo@hotmail.com
4- Gilmar Rodrigues de Lima	Joaçaba	4.092.829	(49) 8818-3639	(Não preencheu)
5- Janete Visconti	Brusque	1.609.119	(47) 3351-7203	janevisconti@bol.com.br
6- Karina Barth	Lages	4.834.561-0	(49) 9967-1442	(Não preencheu)
7- Carlos Augusto Antunes	Lages	4.169.165-2	(49) 84143484	psy@uniplac.net
8- Alfheu Ferreira do Amaral	Imbituba	402.355.174-2 (CPF)	(48) 3557-2000	afeamaral@gmail.com

7.3 DELEGADOS ESTADUAIS GOVERNAMENTAIS (Representação CEAS/SC):

TITULARES - DELEGADOS ESTADUAIS GOVERNAMENTAIS – CEAS/SC				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Vânia de Fátima Guareski	Florianópolis	4.384.454	(48) 8464-0259	guareski794@hotmail.com
2-Adriana Márcia Silveira de Souza	Florianópolis	1/R 1.813.837	(48) 3229-2605	adrianamarcia@iprev.sc.gov.br
SUPLENTE – DELEGADOS ESTADUAIS GOVERNAMENTAIS – CEAS/SC				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL

TITULARES – DELEGADOS ESTADUAIS DA SOCIEDADE CIVIL – CEAS/SC				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Marliange da Silva	São José	1R / 986.036	(48) 3247-7218	marliange@hotmail.com
2-Kátia Ribeiro Freitas	Florianópolis	737.636	(48) 3224-6018/9977-9150	katiaadvogada@gmail.com
3-Fabian Granetto	Rio do Sul	2.891.305-1	(47) 3525-1715	fabiangranetto@yahoo.com.br
SUPLENTE – DELEGADOS ESTADUAIS SOCIEDADE – CEAS/SC				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
1- Deolinda Pickler Pereira	São José	1.068.576	(48)3343-0087/9983-8899	deoas_oqa@yahoo.com.br
2-Luiz Carlos Barcelos filho	Soa José	83.7661-1	(48) 8447-7849	lcbf1963@uol.com.br
3- Maria Cecília Antonia Godtsfriedt	Florianópolis	(não preencheu)	(48) 9919-9024	maceago@hotmail.com

Balneário Camboriú, 10 de outubro de 2009

Maria Izabel Porto de Souza
Coordenação da Comissão de Relatoria

Selma Terezinha Adão
Diretora de Assistência Social
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Helena Edília Lima Pires
Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC